

15349

JEFFERSON PERES

22 MAI 2005

Senador do Amazonas pelo PDT

Um ogro nada filantrópico

O título me foi inspirado pelo conhecido ensaio de Octávio Paz, *O Ogro Filantrópico*, uma lúcida análise do Estado mexicano, com suas peculiaridades, mas, na essência, um modelo que se reproduziu na maioria dos países latino-americanos.

Trata-se do Estado patrimonialista, herança da colonização ibérica, aqui implantado pelas coroas espanhola e portuguesa, com variantes em cada país. Consiste numa confusão entre público e privado, em sua origem pela inexistência de fronteira nítida a separar o patrimônio do rei do patrimônio do Estado. Com a evolução histórica, os campos foram formalmente demarcados, mas de fato o Estado continuou a ser usado em proveito dos donos do poder, para lembrar a expressão de Raymundo Faoro, que também estudou o fenômeno.

Nesses países, a coisa pública, em vez de ser tratada como coisa alheia, a ser cuidada com mais zelo do que a própria, ao contrário, sempre foi encarada como coisa de ninguém, sem dono, a ser administrada com negligência ou em proveito próprio, dos parentes, dos amigos e dos correligionários.

Não se trata apenas da corrupção, stricto

sensu, a forma mais desavergonhada e espúria de malversar os bens públicos. Nem todos os praticantes do patrimonialismo são reles larápios. Muitos, talvez a maioria, seriam incapazes de furtar dinheiro público. Não são, a rigor, desonestos, mas vítimas de uma deformação cultural que os leva a ver como normal, e até legítimo, usar a coisa pública para favorecer os amigos do rei. Mas na prática fazem, de modo disfarçado, e muitas vezes formalmente legal, a privatização do Estado.

De várias maneiras. Pelo favorecimento, mediante contratos, dos amigos, laranjas e financiadores de campanhas; pelo tráfico de influência; pela advocacia administrativa; pela liberação direcionada de verbas orçamentárias; pelo favoritismo na assinatura de convênios; pelo loteamento de cargos; pela utilização de órgãos e empresas estatais para beneficiar amigos; por informações privilegiadas; e, finalmente, pelo uso indevido de bens públicos.

É tão arraigada essa cultura patrimonialista e anti-republicana que as práticas ocorrem rotineiramente e às escâncaras. Alguns exemplos mais recentes: as férias dos amigos do filho do presidente às custas dos contribuintes; a cessão gratuita de apartamentos funcionais da Câmara a ex-parlamentares; a transferência compulsória de agentes da Polícia Federal que prenderam o publicitário do

partido governante; o tratamento privilegiado dispensado à prefeitura de São Paulo, na amortização de sua dívida, por força de um acordo de bastidores. A lista é imensa.

Esse abuso, encrustado no aparelho estatal, sempre teve críticos e opositores ferrenhos, mas sempre e exclusivamente sob o aspecto moral. Esses críticos, bem como os nossos pensadores políticos, nunca estudaram a fundo o fenômeno do Estado patrimonialista. Tanto sua natureza, quanto seus efeitos maléficos, no entrave ao desenvolvimento e na origem e perpetuação do nosso apartheid social.

O Estado sempre foi visto, entre nós, como instrumento de transformação. Que realmente é. Mas, como observou Octávio Paz, a realidade do Estado latino-americano é ambígua, contraditória. Por um lado, é a alavanca da modernização; por outro, é o herdeiro do patrimonialismo ibérico. Apesar de ter sido o principal agente da modernização, ele próprio não se modernizou de todo. Continua em grande parte arcaico, internamente e nas suas relações com a sociedade.

Por isso, estou convencido de que um projeto de nação destinado a erradicar o nosso apartheid só terá êxito se contemplar, como principal tarefa, a republicanização, vale dizer, a desprivatização desse ogro nada filantrópico que é o Estado brasileiro.